

PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MINAS GERAIS NOS ANOS DE 1990: o PAIE e o PRODEC (Programa de Apoio a Inovações Escolares e Projeto de Desenvolvimento e Enriquecimento Curricular)

Silvani A. R. Paiva

Aluna bolsista do PIBIC/CNPq, do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

Mara Rúbia A. Marques

Professora Doutora, orientadora dos projetos dos programas PIBIC/CNPq, do Curso de Pedagogia e do Curso de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

Resumo: Este estudo apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa *Políticas de Financiamento na Escola Pública e Implicações para Prática Docente: um estudo da experiência de Minas Gerais nos anos de 1990*, vinculado ao Núcleo de Políticas Públicas e Gestão em Educação, da Linha de Pesquisa homônima do Curso de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e ao Núcleo de Pesquisa sobre Estado, Políticas Públicas e Gestão, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), sendo que o primeiro tem como eixo temático nuclear “Estado, Trabalho e Educação”, que se desdobra em 4 (quatro) sub-eixos, a saber: Novas configurações do Mundo do Trabalho, Novas Configurações do Estado e Qualificação Profissional, Reformas Educacionais e Impactos nas Instituições Educativas. O referido projeto tem como objeto de investigação os Programas de Financiamento nas Escolas Públicas de Minas Gerais nos anos de 1990: o PAIE/Programa de Apoio a Inovações Escolares e o PRODEC/Projeto de Desenvolvimento e Enriquecimento Curricular, em escolas públicas dos municípios de Uberlândia e Araguari.

Palavras-chave: Reforma educacional; programas de financiamento; escola pública; inovações escolares.

INTRODUÇÃO

Com base, sobretudo, na articulação entre reformas educacionais e impactos nas instituições escolares, o presente estudo destina-se a compreender e analisar algumas experiências voltadas para o ensino fundamental brasileiro, particularmente desenvolvidas em Minas Gerais a partir da última década. A intenção é conhecer o que acontece nas escolas quando acolhem projetos oriundos de instâncias burocráticas nacionais e internacionais, em termos de inovações escolares, levando em conta que definem, *a priori*, diretrizes políticas e metodológicas que, certamente, interferem nos rumos da educação e no processo escolar.

As políticas neoliberais configuram significativas mudanças no papel do Estado, no que se refere às políticas educacionais públicas. Tais mudanças foram influenciadas por segmentos da sociedade, como os organismos multilaterais, dentre outros, os quais foram co-responsáveis por proposições nas políticas públicas em geral e, em específico, nas políticas educacionais. Neste sentido, o panorama social e político dos anos de 1990 foi marcado por mudanças na realidade Brasileira sob influência das transformações ocorridas em escala mundial. Tais transformações tiveram como base principal o neoliberalismo.

Partindo da premissa de que o Estado brasileiro, historicamente, orienta-se a partir dos princípios capitalistas, a década de 1990, no que se refere às políticas públicas, incorporara princípios do neoliberalismo aos projetos de desenvolvimento nas diversas formações sociais. Com isso, as políticas educacionais tomam um novo rumo ao analisar a estrutura da organização das políticas no sistema de ensino brasileiro, nas reformas dos planos e diretrizes organizativas e curriculares em relação ao sistema escolar. O significado disso para o processo educacional se refere a práticas de

organização da gestão escolar e como essas práticas contribuem para provocar mudanças no interior da escola no qual insere as políticas de financiamento (GENTILLI, 1995).

A partir dos estudos aqui referenciados é possível identificar que o Estado de Minas Gerais iniciou a partir de 1991 uma profunda reforma política, administrativa, financeira e pedagógica em sua rede Escolar Estadual, buscando proporcionar às escolas mecanismos de desconcentração dos recursos e da burocracia, delegando funções aos órgãos intermediários, especialmente às Superintendências de Ensino, a função de assessoramento às ações e iniciativas desencadeadas pelas entidades escolares, com o propósito de melhorar o desempenho do sistema educacional de Minas Gerais, mediante ganhos significativos na aprendizagem dos alunos e na conclusão do ensino fundamental (OLIVEIRA, 2000).

Neste primeiro momento, a pesquisa constou de análise documental e de trabalho de campo junto à Secretaria de Estado da Educação/SEE de Minas Gerais. Foram privilegiadas informações dos projetos de gestão e financiamento implementados no âmbito das unidades escolares, com vistas a atender às exigências de programas de financiamento definidos pelos órgãos centrais de administração do ensino. Nesse sentido, foram pesquisados documentos que deram origem ao PROQUALIDADE¹, PAIE e PRODEC.

Num segundo momento, foi privilegiado o trabalho de campo para apreender os impactos dos projetos na melhoria da qualidade do ensino nas escolas investigadas, especialmente no que se refere aos aspectos pedagógicos do trabalho escolar. Nesse sentido, foram focalizados aspectos como: os processos de avaliação na escola, as condições e relações de trabalho do professor, a melhoria das condições de trabalho em sala de aula, e as diferentes

¹ Projeto de Melhoria da Qualidade na Educação Básica, instituído em Minas em 1994, com financiamento de Banco Mundial.

percepções da comunidade escolar sobre a contribuição dos projetos para o processo de ensinar e aprender.

Para a seleção das escolas a serem investigadas foram definidos os seguintes critérios: ter participado do PAIE; ser de diferentes níveis de classificação pelo grau de complexidade (baixo, médio e alto risco, conforme definição da SEE/MG no momento de implementação do projeto); que, na execução do PAIE, demonstraram desempenho favorável e desfavorável; pertencer ao município de Uberlândia e localidades adjacentes. Assim, conforme tais parâmetros, as escolas selecionadas foram: Escola Estadual Jardim das Palmeiras, de Uberlândia, considerada de alto risco; Escola Estadual Visconde de Ouro, de Araguari, considerada de médio risco, sendo que ambas obtiveram resultados de sucesso. E, também, Escola Estadual do Parque São Jorge, de Uberlândia, considerada de alto risco; Escola Estadual Honório Guimarães, considerada de médio risco.

Como sujeitos da investigação, foram entrevistados em cada escola: 1 (um) professor participante, 1 (um) professor não participante do projeto, 1 (um) membro da equipe pedagógica, 1 (um) dos coordenadores do PRODEC. Recorreremos a técnicas de entrevista orientada por roteiro semi-estruturado (Anexo), definido a partir de levantamento preliminar de dados junto às escolas objetos de investigação.

RESULTADOS PARCIAIS DA PESQUISA

São objetivos fundamentais das políticas de educação, desenvolvidas no Estado de Minas Gerais, a incorporação de programas que possam incrementar o desempenho dos sistemas de educação, bem como a participação social na vida escolar, no sentido de aperfeiçoar o trabalho pedagógico e de gestão, elevar o grau de conhecimento e o compromisso da comunidade escolar.

Na perspectiva de promover a qualidade no sistema educacio-

nal, o Projeto de Melhoria da Qualidade na Educação Básica - PROQUALIDADE (THE WORLD BANK, 1994) foi um programa implementado com o objetivo de melhorar a eficácia das escolas mediante avanços significativos na qualidade do ensino e da aprendizagem, abrangendo atividades voltadas para melhoria das condições de funcionamento das escolas e da capacidade profissional. O PROQUALIDADE compreendeu um conjunto de projetos, com os respectivos sub-programas, para auxiliar as escolas a implementar formas de planejamento na busca de soluções participativas para melhoria do ensino e da aprendizagem escolar.

O PROQUALIDADE foi desenvolvido em Minas Gerais no período de 1994 – 2000, resultante de um acordo de financiamento firmado entre o Banco Mundial (BIRD) e o Estado de Minas Gerais, e definiu estratégias para: (a) ajudar os diretores de escola a assumir seus novos papéis de líderes e administradores, em sistema estadual mais descentralizado; (b) proporcionar aos administradores centrais e regionais instrumentos para as tomadas de decisão em informações adequadas; (c) aumentar o acesso de professores a oportunidades de treinamento; (d) distribuir um conjunto de materiais de instrução, especialmente livros didáticos e de leitura, aos alunos das escolas públicas e (e) melhorar a administração da rede física, de modo a assegurar a utilização adequada do espaço escolar.

Como um amplo projeto, o PROQUALIDADE incluiu *cinco* prioridades: promoção da autonomia da escola, nos aspectos pedagógico, administrativo e financeiro; fortalecimento da direção da escola através da liderança do diretor e da participação de um Co-legiado que representa a comunidade; capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais da educação; avaliação da escola; e integração com os municípios. Sendo que toda a proposta estava per-meada por um “Programa de Gerenciamento pela Qualidade Total que visava ao aprimoramento da competência gerencial do Sistema em todos os seus níveis: órgão central, órgãos regionais

(delegacias de ensino) e escolas” (GUIA NETO, 1993, p. 18).

O PROQUALIDADE incluiu os seguintes subprojetos: A- Fortalecimento da gestão do Sistema Educacional; B- Melhoria da Infra-estrutura e Gestão da Escola; C- Desenvolvimento do Ensino; D- Fornecimento de Materiais de Ensino-aprendizagem; E- Reorganização do Atendimento Escolar. O Subprojeto C (Desenvolvimento do Ensino), especificamente, cujo objetivo foi aumentar o acesso dos professores a oportunidades de treinamento, incluiu: 1. desenvolvimento curricular; 2. capacitação de professores; 3. estudos e pesquisas para avaliar a efetividade dos programas de treinamento e outras intervenções em sala de aula, bem como o estabelecimento de correlações entre essas intervenções e a aprendizagem dos alunos, medida pelo sistema de avaliação.

Dentro dessas perspectivas, a SEE-MG, visando implementar possibilidades participativas que possibilitem soluções para a melhoria do ensino e da aprendizagem, exige a implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) que constitui em fazer um diagnóstico da situação atual da escola, determinar objetivos, metas ações, visando a garantia da qualidade da educação.

É a partir do diagnóstico da escola que surge o Programa de Apoio a Inovações Escolares (PAIE) que, como mecanismo de financiamento, tem o objetivo de oferecer uma nova dinâmica às práticas pedagógicas da escola fundamental, ativando a capacidade de inovar e incentivar a autonomia da escola, no qual visa a aprimorar o ensino em termos de uma significativa aprendizagem. O que requer uma tarefa permanente, cujo objetivo central é assegurar a qualidade de uma proposta de educação num conjunto de ações coerentes e interligadas, sustentadas pelo Plano Nacional de Desenvolvimento da Escola.

Isso significa implementar ações que promovam igualdade de acesso, oportunidades educativas que garanta a todos os alunos uma aprendizagem necessária ao desenvolvimento e socialização, com o objetivo de: elevar o nível de qualidade de aprendizagem;

favorecer estratégias diferenciadas para promover o ensino e a aprendizagem; desenvolver uma prática coletiva de reflexão sobre a escola e seus problemas, realizando com autonomia planejamentos com vistas à melhoria da qualidade do ensino; possibilitar a adequação do currículo às peculiaridades sócio-culturais da comunidade escolar, promovendo aprendizagens significativas. Nesse sentido, para se beneficiar dos recursos do PAIE, as escolas tiveram que elaborar um Projeto de Desenvolvimento e Enriquecimento Curricular (PRODEC), no período de 1998 a 2003.

O PRODEC é um projeto de ação inovadora a ser elaborado pela equipe docente da escola, com a participação de outros membros da comunidade escolar, cujos objetivos e conteúdos visam a implementação de ações específicas para solucionar problemas pedagógicos prioritários, identificados pela comunidade escolar em seu PDE e no próprio PAIE. Para a realização dessas ações foram estabelecidos critérios pela SEE/MG para a seleção e aprovação dos PRODEC, no sentido assegurar a execução das propostas pedagógicas, no sentido da qualidade e a equidade do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado do referencial teórico, da pesquisa documental e da pesquisa de campo, o objetivo da próxima etapa do presente projeto de pesquisa consistirá em analisar as diferentes percepções da comunidade escolar sobre as contribuições dos programas e projetos investigados (PAIE e PRODEC) para o processo de ensinar e aprender, no sentido de analisar o alcance dos projetos para além do momento de execução, verificando a real possibilidade de se projetarem para o futuro. Diante dessa perspectiva, a intenção é conhecer o que esses projetos trouxeram de inovações dentro das instituições escolares de modo a possibilitar as mudanças necessárias à realidade da escola e de promover a construção de

REFERÊNCIAS

- ROSA, D. G. & KHIDIR, K. S. *O PDE e a formação continuada de professores*. S/d., Mimeografado.
- FONSECA, M.; TOSCHI, M. S.; OLIVEIRA, J. F. de (org.). *Escolas gerenciadas: planos de desenvolvimento e projetos políticos-pedagógicos em debate*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.
- GUIA NETO, W. S. M. *Educação e Desenvolvimento*. 1993. Confe-rência proferida em 12 de maio de 1993, no I Congresso Brasileiro de Financiamento do Desenvolvimento, promovido pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE, em São Paulo.
- FONSECA, M.; OLIVEIRA, J. F. O plano de desenvolvimento da escola (PDE): modernização, diretividade e controle da gestão e do trabalho escolar. In: FONSECA, Marília; TOSCHI, Mirza S; OLIVEIRA, João F. de (org.). *Escolas gerenciadas: planos de desenvolvimento e projetos políticos-pedagógicos em debate*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.
- MARQUES, M. R. A. Políticas públicas e práticas escolares nos programas de formação docente. In: CICILLINI, Graça Aparecida; SANDRA, Vidal Nogueira. *Educação Escolar: políticas, saberes e práticas pedagógicas*. Uberlândia: EDUFU, 2002, p. 163-190.
- _____. Autonomia ou flexibilização: o atual dilema profissional docente. In: SGUISSARDI, Valdemar. (org). *Educação Superior - novos e velhos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000, p.219-234.
- _____. A reforma educacional em Minas Gerais nos anos 80 e 90: a dialética da (des)qualificação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. Porto Alegre, v. 17, n. 2, jul./dez. 2001, p. 201-217.
- MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. *A escola Pública de qualidade: gestão patrimonial, financeira e administrativa*. PROCAD, 1997. 64 p.
- _____. Projeto de Desenvolvimento e Enriquecimento Curricular - PRODEC. *Fascículo 1- iniciando o PRODEC*. Belo Horizonte: Secretaria. 1997. 20 p.
- _____. Projeto de Desenvolvimento e Enriquecimento Curricular - PRODEC. *Fascículo 2 - Elaborando o PRODEC*. Belo Horizonte: Secretaria. 1997. 19 p.
- _____. Projeto de Desenvolvimento e Enriquecimento Curricular - PRODEC. *Fascículo 3 - Orçamento do PRODEC*. Belo Horizonte: Secretaria. 1997.
- _____. Projeto de Desenvolvimento e Enriquecimento Curricular - PRODEC. *Fascículo 4 - Monitoramento e avaliação do PRODEC*. Belo Horizonte: Secretaria 1997. 20 p.
- _____. Projeto de Desenvolvimento e Enriquecimento Curricular - PRODEC. Projeto ProQualidade - Qualidade na Educação Básica em Minas Gerais. *Plano de Implementação*. Belo Horizonte, mar. 1994, 123 p.
- OLIVEIRA, D. A. *Educação Básica: gestão e da pobreza*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- PERONI, V. *Política educacional e papel do estado: no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002.
- SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SILVA JÚNIOR, J. R. *Reforma do estado e da educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2002.
- SILVA, M. S. P. da. *Relações de trabalho na escola pública: práticas sociais em Educação em Minas Gerais (1983-194)*, 1999, p. 300. Universidade Estadual de Campinas, SP. Tese de Doutorado em Educação.
- TEIXEIRA, L. H. G. *Cultura e projeto de mudança em escolas públicas*. Campinas-SP: UNESP/ANPAE, 2002.
- THE WORLD BANK. *State of Minas Gerais Basic Education quality improvement project: staff appraisal report*. Washington: Worl Bank, 1994.
- TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.
- VELOSO, G. M.; LOPES, H. M. H.; MÁRCIO, A. S.; RAMALHO, M. N. M. *Programa de Apoio às Inovações Educacionais (PAIE): uma proposta de descentralização da gestão escolar em Minas*

ANEXO

Roteiro da entrevista

Tipo de participação no Projeto:

- Participante não participante
 coordenador membro da equipe pedagógica

- 1) Você conhece o PAIE e PRODEC desde o início?
- 2) Quais foram as expectativas que inicialmente o corpo administrativo e docente tiveram quanto aos programas em relação:
 - a) para o seu trabalho:
 - b) para os alunos:
 - c) para a organização e autonomia da escola:
- 3) Houve preparação teórica para implantação dos programas?
 - a) Foram realizadas leituras (quais)?
 - b) Houve encontros internos ou com outras escolas?
 - c) Quais cursos?
- 4) Após a participação você mudou sua opinião e expectativa em relação ao programa ou apenas o aceitou? E quanto aos demais colegas?

5) Na sua opinião, houve um processo de envolvimento da comunidade escolar como um todo, no qual pudesse opinar no desenvolvimento do programa, antes e durante o seu desenvolvimento em relação escola-comunidade, aluno-aluno, aluno-professor, professor-professor?

- 6) Atividades de ensino
 - a) Quais foram os efeitos que esses programas trouxeram para o cotidiano escolar no que se refere à satisfação e melhoria do trabalho em sala de aula, na avaliação e utilização de estratégias diferenciadas de ensino e avaliação da aprendizagem, trabalho coletivo e dos alunos?
 - b) Houve alguma adequação do currículo no que se refere às peculiaridades sócio-culturais da comunidade escolar?
- 7) Você considera que em geral esses programas propiciaram reflexões sobre a cultura escolar, reflexão sobre a escola e entre os professores; envolvimento técnico-pedagógico da direção da escola; fortalecimento da autonomia escolar?